



Territoire: Cultural Survival et matériaux d'un peuple - L'art Xávega à Praia da Vagueira-Vagos/Aveiro-Portugal

Território: Sobrevivência Cultural e materiais de um povo - arte Xávega na Praia da Vagueira-Vagos/Aveiro-Portugal

Maria Ester Ferreira da Silva Viegas¹

¹Has a licentiate degree in Geography by Universidade Federal de Alagoas (1985), a master degree in Geography by Universidade Federal de Sergipe (2004) and a doctorate degree in Geography also by Universidade Federal de Sergipe (2010) on the following topic: Ordaining and Planning of Territory. She is currently a Professor adjunto in Universidade Federal de Alagoas – CAMPUS ARAPIRACA. She has experience in Geography, with emphasis in Human Geography, acting mainly in the following topics: Historical Geography, Northeast Region of Brazil, Indigenous and Quilombola people, evaluation, land, territory, lands demarcation, urbanization. She is also the LETUR (Laboratório de Estudos do Território – Laboratory of Territory Studies) group coordinator and a collaborator in the research group Q-ARA (Grupo de Extensão e Pesquisa Qualidade do Ambiente – Group of Extension and Research on Environment Quality). At the moment she is also a post-doc intern in Universidade de Aveiro in the department of Social Sciences, Politics and Territory. Currently a member of the research group Governance, Competitiveness and Public Policy (GOVCOPP) the University of Aveiro. E-mail: sterferreira302@gmail.com.

Todo o conteúdo expresso neste artigo é de inteira responsabilidade dos seus autores.

Recebido em: 22 de março de 2020; Aceito em: 25 de março de 2020; publicado em 10 de 01 de 2020. Copyright © Autor, 2020.

RESUMO: O presente artigo pretende discutir a importância da Arte Xávega, na Praia da Vagueira, na Comunidade de Vagos, no distrito de Aveiro em Portugal, por suas raízes e identidade com o lugar, vem colocar em evidência a Arte Xávega como patrimônio e apontar sua importância como meio de subsistência para os pescadores da praia da Vagueira. Para tanto situa sua análise dentro do olhar da etnogeografia, procurando dialogar com as categorias: trabalho, cotidiano e lugar. Tal discussão foi feita de maneira parcial durante o Pós-doutorado “Colegiados Territoriais – Dinâmica da participação pública nos processos de decisão política com incidência territorial”, pela Universidade de Aveiro-Portugal.

PALAVRAS-CHAVE: Arte Xavega – Patrimônio Cultural – Identidade – Território. Geografia Social.

RÉSUMÉ : Cette article désire révéler l'importance de l'art Xávega, sur la plage da Vagueira, de la commune de Vagos, district d'Aveiro pour ses racines et l'identité de ce lieu, Elle veut mettre en évidence l'art Xávega comme patrimoine et signaler son importance comme moyen de subsistance pour les pêcheurs de la plage da Vagueira. Il situe l'analyse de ce savoir dans le cadre de l'ethnographie, Cet article est une tentative de faire dialoguer les categories Travail, quotidieneté, identité et ethnographie. Cet article est un résultat partiel des recherches post-doctorales « Collégiale territoriale - Dynamique de la participation du public aux processus de décision politique ayant un impact territorial » menées à l'Université d'Aveiro-Portugal .

MOTS-CLES: Arte Xávega, patrimoine culturel et matériel, identité et territoire.

INTRODUÇÃO

A pesquisa que deu origem a esse texto, tem como tema a pesca artesanal, denominada de Arte Xávega, localizada na praia da Vagueira, um sítio localizado no município de Vagos, no Distrito de Aveiro região Centro e sub-região do Baixo Vouga em Portugal. Procuo fazer uma relato etnogeográfico no qual a arte xávega ocupa um lugar central, sendo intercalado com algumas discussões acerca do território e suas identidades.

A oportunidade de pós-doutorado é talvez a mais rica dentro de todo processo da pós-graduação. É no Pós-doutorado que ocorre de fato a maturação dos interesses de pesquisas. A minha formação em Geografia com mestrado e Doutorado na área de concentração de Ordenamento Territorial, com o recorte metodológico nos territórios rurais me experenciou a fazer do lugar (a menor escala gráfica e social) o local onde as contradições do território se revelam. Após a chegada em Aveiro e interagir com o local, resolvi enveredar por uma abordagem etno-geográfica que me proporcionasse condições de descrever o fenômeno da arte xávega, na praia da Vagueira no território aveirense, onde a presença da água é abundante e dá ao lugar atividades muito particulares e que dão ao mesmo características marcantes. Quem são essas pessoas, homens e mulheres que se lançam ao mar cotidianamente, utilizando uma imensa rede e um trator mar a dentro? Como se organizam dentro do território? Quais seriam as dificuldades enfrentadas por eles no exercício da atividade? Porque não exercem a atividade durante todo ano, somente no verão? Tais indagações não foram totalmente respondidas, mas em vias de concluir o prazo do pós-doc, tenho a impressão de já consigo entender a dinâmica dos “pescadores de arte xávega” e sua importância na construção da identidade aveirense.

A escala de utilização das análises utilizada foi o “local”, enfatizando que tal recorte não impediu de dialogar com outras questões pertinentes a discussão e que somente alçando o olhar a nível de grandes escalas poderemos entender o que acontece verdadeiramente no “local”. Convém ressaltar que não pretendo aqui fazer uma análise sobre a situação da pesca artesanal em Portugal, mas antes escrever através de um olhar etnogeográfico os desafios de se viver do trabalho artesanal em tempos hodiernos. Discutir a produção dos pescadores, a relação entre essas populações humanas e seu território exige uma discussão mais aprofundada, especialmente junto às Comunidades

Tradicional. O Território Pesqueiro é também uma novidade para as comunidades pescadoras. O território das terras e das águas é objeto de desejo do capital, da especulação imobiliária e do avanço de grandes projetos governamentais, provocado pelo atual modelo econômico, que proporciona a exclusão destas camadas da população, sua cultura e seus conhecimentos tradicionais.

Falar em território é falar em relações que se estabelecem cotidianamente entre os indivíduos e entre estes e o próprio território. Os territórios são de extrema importância para aqueles que estão imersos no universo dos povos ditos “tradicionais”, pois, é neste que se gestam todas as suas relações de vida e trabalho e não há como negar a construção da mais-valia construída indiretamente pelos trabalhadores rurais quilombolas, pelos pescadores artesanais, pelos ribeirinhos, pelos artesãos, que vendem seu dia de trabalho por um valor que não cobre as suas despesas diárias de sobrevivência. Assim o território que comumente dentro das discussões sobre os povos tradicionais são carregados de elementos simbólicos que sustentam a sua identidade se tornam territórios de miséria e opressão, e poucos são os escritos que abordam esse lado perverso que existe nas atividades dos trabalhadores artesanais: muitas dessas atividades são vistas como atividades de “festa”, atividades turísticas e meramente identitárias, sem no entanto revelar as contradições que esses territórios encerram em seu cotidiano, ao que nos leva a refletir em qual posição se encontram dentro do OT(Ordenamento Territorial), os negros rurais, pescadores artesanais, artesãos, ribeirinhos; aqueles que dispendem esforço diariamente para, na maioria das vezes, conseguir apenas o produto necessário à subsistência de sua família ou nem isso. Diante disso, nos cabe levantar algumas indagações: Esses trabalhadores artesanais da pesca, ou de qualquer outra atividade tradicional, estão sendo contemplados em reconhecimento e direitos dentro do que se chama de classe trabalhadora? São estes considerados dentro do aporte teórico crítico como trabalhadores? Se não, como denominar tais práticas cotidianas que os fundam como seres sociais e que sem as quais, retirando-as dos mesmos, seria o mesmo que retirar suas identidades? Existe uma legislação adequada as características específicas de suas atividades?

A pesquisa está em andamento, vale ressaltar que reflexões como as feitas no presente artigo são bastante pertinentes e precisam ser trazidas e problematizadas continuamente, e levadas para as salas de aulas e grupos de discussão. Porém, estas precisam voltar para a comunidade e serem compreendidas por esta também, pois é

primordial que a classe trabalhadora consiga alcançar a consciência de classe para si e que a partir de então, possa se organizar politicamente para que se representem dentro e fora da comunidade a fim de alcançar, através de posicionamentos políticos e lutas para a conquista de direitos, reconhecimento e valorização do seu trabalho. É fundamentado em Antunes (2005), a ideia de que o trabalho precisa ser dotado de sentido a partir da arte, literatura, música, tempo livre, ócio, que o ser social conseguirá alcançar o patamar de humanização e emancipação no que toca ao seu sentido mais profundo. E pensando dessa forma, conseguimos perceber que se o trabalho passa de alienado a autônomo, autodeterminado capaz de possibilitar condições para que aja uma subjetividade autêntica e emancipada desses seres sociais.

Em relação a caracterização da pesca artesanal denominada de Arte Xávega em Portugal foram utilizados diversos autores, porém, muito me subsidiei nos escritos da dissertação de mestrado de MARQUES, Maria João, *Arte Xávega em Portugal- Uma Arte Secular em Decadência- Organização, caracterização e Declínio*. Porto: Faculdade de Letras, onde a autora discute a situação da Arte Xávega no país, seu desenvolvimento e decadência. Em seguida passei a definir objetivos que pudessem me fazer compreender a situação da pesca artesanal denominada de “*Arte Xávega*” na Praia da Vagueira os objetivos foram assim elencados: descrever a pesca artesanal na praia da Vagueira; estabelecer relações entre a ausência de políticas públicas que protejam os pescadores artesanais e o processo de (des) territorialização dos mesmos; identificar no turismo uma atividade de incentivo ao processo de (des) territorialização das comunidades tradicionais de pescadores artesanais; Defender o trabalho da pesca artesanal como uma representação do trabalho útil, enquanto elemento fundante da sociabilidade humana.

ARTE XÁVEGA NA PRAIA DA VAGUEIRA

“Em 1431, o infante D. Pedro, filho de el-rei D. João I, estando na vila de Aveiro, do qual e dos seus termos era senhor e donatário, ouviu as queixas, que lhe fizeram os pescadores desta povoação, e, atendendo a elas, mandou, em 22 de Outubro passar um alvará, para que juízes, vereadores, procuradores e homens bons da mesma vila não constrangessem os pescadores, a que servissem de besteiros de conto, porque não só pagavam a dízima nova, mas não tinham outros recursos, se não o trabalho dos seus corpos”. (OUDINOT, José Reginaldo Angel de Quadros, p. 271. Livro I. Camara Municipal de Aveiro).

Foto 1. Pescadores indo lançar redes-Praia da Vagueira.



Autor/Gviegas

A denominação Xávega deriva da palavra Xabaka em Árabe¹, é o nome dado ao aparelho de arrasto, que é largado a partir do barco e depois é trazido para a costa, onde se faz a alagem. Em geral a *Arte Xávega*² é um “método de pesca que utiliza uma estrutura de rede com bolsa e grandes asas laterais que arrastam e, previamente ou em simultâneo, envolvem ou cercam”. É uma pesca artesanal, localizada e de proporções reduzidas. Utiliza barcos de pequenas dimensões. As redes usadas para a captura de peixe, são usadas essencialmente para a captura da sardinha, mas também da cavala, do carapau, dos sargos, da dourada, por vezes captura também espécies juvenis e cefalópodes. As redes são normalmente largadas a partir de uma embarcação, podendo ser manobrada a partir de terra ou da própria embarcação. A técnica de captura consiste em cercar uma superfície de água com uma rede muito comprida, a qual pode estar dotada de um saco colocado normalmente no centro da rede. A rede é manobrada por

¹A esse respeito são inúmeras as fontes que discutem o sentido antropológico da atividade. A Exemplo a obra de (SANTOS, Bruna Maria Pereira Relatório de Estágio em História da Arte, Património e Turismo Cultural, orientada, 2015), pela Universidade de Coimbra, in: "<https://docplayer.com.br/25513276-Bruna-mariana-pereira-dos-santos-a-arte-xavega-em-espinho-notas-para-a-compreensao-da-arte-xavega-como-patrimonio-imaterial.html>".

²Rodrigues, Hélia Carla Amado. *Arte Xávega na Comunidade da Praia da Vieira de Leiria: a sua Patrimonialização*. Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais Orientador: Doutor Fernando Paulo Oliveira Magalhães, Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Leiria Setembro, 2013

meio de dois cabos (cordas) fixados nas suas extremidades e que têm por finalidade alar a rede, concentrar o peixe e conduzi-lo para a boca (abertura) da rede.

O que pauta, hoje em dia, a arte de xávega é o Regulamento da Pesca por Arte Envolvente-Arrastante, constante da Portaria n.º 1102-F/2000 de 22 de novembro, a qual expressamente revogou a Portaria n.º 488/96, de 13 de setembro.³ Em termos práticos, tratando-se de uma arte que é lançada por uma embarcação e recolhida para a praia, opera desde a linha de água até uma distância que pode chegar, aproximadamente, até duas milhas (Relatório de Caracterização da Pesca com Arte-Xávega, Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, 2014).

Ao longo da costa portuguesa a Arte Xávega⁴ foi responsável pela fundação de diversas povoações do litoral português. Emigraram para o sul e estabeleceram-se nas áreas então desertas da Costa da Caparica, perto de Lisboa e Santo André na costa do Alentejo. No Algarve também se usava as artes de se arrastar para a terra com rede o pescado (*Arte Xávega*) e esta pescaria esteve também na origem de Monte Gordo e Vila Real de Santo António.

Portugal é o único país no mundo onde ainda se pratica a pesca artesanal nomeada de *Arte Xávega*, estando a atividade ligada a pequenas comunidades como é o caso da Praia da Vagueira em Vagos-Pt. Atualmente dentro do Município de Aveiro em Portugal ela é praticada nos seguintes conselhos: (Ovar, Murtoza, Aveiro, Ílhavo e Vagos). Ao longo dos tempos, o número de praticantes desta pesca, diminuiu bastante, por ser uma pesca pouca compensatória a nível económico, apelidada de “pesca às cegas”, é também perigosa, pondo por vezes em risco de vida os pescadores, visto que estes homens de coragem enfrentam as grandes ondas da costa norte e centro de Portugal em

³No relatório de caracterização da arte ela está prevista, como: rede envolvente-arrastante que é largada a partir de uma embarcação e manobrada e alada a partir de terra (para a praia) manualmente ou com recurso a animais ou a equipamentos de força. **Características:** Comprimento máximo do saco: 50 m Comprimento das asas: 380 m Comprimento dos cabos de alagem: 3000 m **Classes de malhagens** Malhagem mínima: 20 mm no saco **Espécies-alvo** Não previstas. Espécies frequentes: carapau, cavala, sardinha, lula **Área de atuação** Na área de jurisdição da capitania de registo da embarcação, sem limitações em termos de distância à linha de costa (legalmente podem operar desde a linha de costa até as 200 milhas – limite externo da ZEE) Comissão de Acompanhamento da Pesca com Arte-Xávega (, Relatório de Caracterização da Pesca com Arte-Xávega, Direção-Geral dos Recursos Naturais, Segurança e Serviços Marítimos, 2014), p.1.

⁴A arte xávega é uma técnica de pesca de tipo artesanal dominante no litoral central português, tendo sido descrita, entre outros, por Jayme Affreixo (1902-1903), Domingos José de Castro (1943), Raquel Soeiro de Brito (1960 [1981]), Fernando Galhano (1963), Ernesto Veiga de Oliveira (1964), (Nunes 2004; 2006), Bruna Maria Pereira Santos (2015), Vanessa, Iglésias Carvalhal Amorim (2015), Helena Lopes E Paulo Nunes Lopes (1985), Pe. Aires de Amorim (1995).

pequenos barcos de madeira, mais parecidos com canoas, com uma grande proa de modo a enfrentar a ondulação.

A pesca artesanal vem sendo resumida drasticamente dentro do território português. O pescado que é feito de forma artesanal e às bordas do oceano muitas vezes sofre sanções governamentais que os impedem de exercer a atividade de forma satisfatória, segundo alguns estudiosos certas atividades ligadas ao modo artesanal de pescar podem atentar contra a vida das espécies que estão em reprodução; também o volume de pescado que é colocado no mercado pelas grandes companhias e o mercado espanhol os colocam em situação de extrema dificuldade financeira. No livro “A Safra” são inúmeros os depoimentos onde os pescadores falam da paixão pelo mar, mas também das dificuldades de se viver exclusivamente da pesca artesanal. Não somente as sanções governamentais como também a própria natureza impõe seus limites ao cultivo do mar: “O inverno também lhes correu mal, de outubro a abril os barcos ficam parados e o pessoal dispersa” (a Safra, Lopes e Lopes)⁵, obrigando muitos jovens a desistirem da arte “Xávega” de pescar.

Em finais do século XIX trabalhavam na Arte Xávega mais de 7000⁶ pessoas não contando o pessoal que ajudava a puxar as redes, as mulheres que carregavam o peixe, que o salgavam e vendiam pelos casais, os mercantéis, negociantes e demais que viviam da arte de pescar. (Lopes e Lopes “A arte Xávega na Costa Centro e Norte de Portugal: Processos de adaptação e mudança, p. 188).

A Arte Xávega sofre modificações em sua estrutura e forma de apanhar os peixes que andam ali à borda da água, mas resiste e ainda existe mais de 1000 famílias a viver desta arte de pescar, incluindo peixarias e comerciantes. Nas praias do Algarve já quase não existem companhias que fazem uso da Arte Xávega. É nas praias do Norte que se vêem mais desta arte. De Mira até Espinho têm 40 companhias (dados de 1995). Em meados do séc. XX os barcos do Norte eram colossos de 16 metros que chegavam a levar 46 homens aos quatro remos. Em cada companhia trabalhavam 80 homens e 12 juntas de bois. Essas companhias grandes com estes números de pescadores hoje não existem mais. Elas findaram nos anos sessenta. Com a crise, os pescadores mandaram

⁵A SAFRA - « Aos Pescadores da Arte Xávega» Helena Lopes e Paulo Nuno Lopes - Livros Horizonte – Lisboa – 2005.

⁶Simpósio Internacional de antropologia Marineira (1997.Pontevedra) Antropoloxia marinheira: Actas do Simpósio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde, Pontevedra, 10-12 de xulho de 1997 (Organizado pola) Ponencia de Antropolo gia Cultural; coordenador, Francisco Calo Lourido. – Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galela, 1998. - 36 p. 24cm. D.L.C-1.947-98 – ISBN 84-87172-37-7.

fazer barcos mais pequenos com dois remos. São embarcações coloridas em forma de meia lua de 10 metros de comprimento que dão vida à porção norte do litoral de Portugal. Depois colocaram motores nos barcos e começaram a puxar as redes com tratores (Idem, p. 188).

O declínio da atividade bem como dos seus principais artífices é bastante discutido no meio académico não somente em Portugal, mas em outros lugares, e existe uma farta literatura tanto a nível técnico como poético sobre o declínio da pequena pesca, Raul Brandão, já nos apontava em seu livro “os Pescadores”, toda a beleza, dificuldade e dificuldades de sobrevivência dos “trabalhadores do mar”: “O poveiro”,⁷

Era um tipo com individualidade, como o soldado e o lavrador são tipos criados à custa de acumulações seculares. Estragámo-lo como estragámos as nossas vilas, as nossas aldeias, os nossos costumes, para os substituímos pela fealdade e pelo incaracterístico horror. Todas as povoações de pescadores que conheço estão arruinadas. Façamos as contas: os de Valbom mortos, os de Esposende mortos; mortos os da Foz; os de Mira com quatro companhas em vez de quinze, e os da Póvoa, que perderam todos os seus costumes, arruinados e fugindo para o Brasil e para a África. E por toda a costa portuguesa a pesca rareia. Como temos o condão de estragar tudo, empobrecemos as populações da beiramar, para enriquecer meia dúzia de felizes”. (BRANDÃO, 1923, p.84).

Da mesma forma Marques enfaticamente escreve sobre esse processo de desconstrução do modo de vida do pescador artesanal em “Memória da Terra e do mar. Os mais pobres dos pobres e o mais belo barco do mundo”:

E a verdade, insofismável, é que esta herança cultural marítima — dos pescadores, dos construtores tradicionais, das comunidades pobres de homens e mulheres da beira-mar — está a desaparecer, diante dos nossos olhos, nos séculos XX e XXI.(MARQUES, *apud* RODRIGUES, 2013, p.5).

Devido a sazonalidade da atividade, muitos pescadores agregam também a atividade agrícola como atividade económica complementar, usando para isso o período da “entre-safra” eles vão para a lavoura; muitos vão para a apanha da amêijoia na ria; outros vão para as obras, assim no “inverno a praia morre”. É nesse período da entre safra que eles fazem uso do subsidio social a que eles têm direito de acordo com o

⁷A palavra “poveiro” refere-se aos pescadores de Póvoa de Varzim.

Decreto-Lei n° 311/99⁸, de 10 de agosto, na versão republicada pelo Decreto-Lei n° 61/2014, de 23 de abril, cria e regulamenta o Fundo de Compensação Salarial dos Profissionais da Pesca (FCSPP)⁹.

Convém ressaltar a importância do seguro defeso enquanto política pública que garante a reprodução social dos pescadores artesanais como também a própria proteção das espécies marinhas. Um dos fundamentos do desenvolvimento sustentável é a garantia da exploração dos recursos naturais de forma planejada, visando a conservação e a sustentabilidade dos diferentes ecossistemas, garantindo condições de um legado da natureza saudável para as gerações futuras. No centro desse discurso, a reprodução da vida humana, se faz prioridade. A produção de alimentos saudáveis e seguros é uma garantia da vida em sociedade onde as gerações futuras tenham a segurança de sua reprodução enquanto sujeitos históricos.

Existe também uma vasta literatura sobre prática da pesca artesanal e seus “malefícios” para as espécies do mar, dentre elas a Arte Xávega de pescar. Na ótica dos autores existem fatores altamente negativos nestas atividades que delapidam o património ambiental. Estes autores apontam alguns erros que eles consideram graves tais como: Atuação de certas artes dentro dos acidentes geográficos que zonas de desova, criação e desenvolvimento de muitas espécies, a laboração muito próxima a costa em fundos baixos (habitat das populações de juvenis que não atingiram ainda a fase da

⁸https://www.dgrm.mm.gov.pt/xportal/xmain?xpid=dgrm&actualmenu=3850472&selectedmenu=3850479&xpgid=genericPageV2&conteudoDetalhe_v2=1475209. Acessado, no dia 03 de outubro de 2017 por Maria Ester Viegas às 14:15.

⁹Com objetivo prestar apoio financeiro aos profissionais da pesca, na forma de compensação salarial quando, por razões que se prendem com condicionantes específicos da sua atividade, fiquem temporariamente privados do seu rendimento. Principais situações de inatividade abrangidas: • Interdição de pescar por motivos de saúde pública, • Catástrofe natural e imprevisível que origina falta de segurança na barra ou no mar, atestada pela autoridade competente, sendo os beneficiários dessa lei: • Os armadores e os pescadores, inscritos marítimos, titulares de cédula marítima válida, exercendo a sua atividade em regime de exclusividade a bordo de embarcação de pesca licenciada para águas oceânicas, águas interiores marítimas ou águas interiores não marítimas, que se encontre temporariamente imobilizada no âmbito das situações de inatividade previstas no Fundo; • Os trabalhadores que, em regime de exclusividade, exerçam em terra uma atividade ligada à embarcação imobilizada no âmbito das situações de inatividade previstas no Fundo; • Os pescadores licenciados, para a pesca apeada e apanhadores, titulares de licença válida quando exerçam a atividade em regime de exclusividade, e se verifique uma interdição de pesca por motivos de saúde pública, o montante e pagamento da compensação salarial do apoio é igual 1/30 do valor da remuneração mínima mensal garantida aos trabalhadores; tal pagamento da compensação é limitado a um máximo de 60 dias por ano e a partir do 4º dia de imobilização das embarcações. No caso de mau tempo terá de se verificar o encerramento da barra, ou a existência de más condições atmosféricas que impeçam o exercício da pesca em segurança, durante pelo menos 3 dias consecutivos ou 7 dias interpolados, num período de 30 dias(Decreto-Lei n° 61/2014).

primeira maturação, etc...¹⁰. Segundo depoimento do Senhor José Viera-Presidente da Associação Portuguesa de Arte Xávega, não existe toda essa dimensão prejudicial as espécies, ele afirma que «o que apanham na arte Xávega de carapau é muito menor que a taxa natural de mortalidade do peixe» ..., No mais o que disserem acerca dos danos que arte xávega causa as espécies é “treta”¹¹.

A zona de estudo da Vagueira - desde a Praia da Barra até ao sul da praia da Vagueira - está localizada na costa ocidental - a sul do Porto de Aveiro - que é considerada uma das zonas costeiras mais energéticas da Europa¹². Em análise feitas nas praias de Costa da Caparica- Vagueira e Quarteira, a pesquisadora Luisa Schmidt em entrevistas com os moradores, empresários, pescadores da Xávega, o Presidente da Junta da freguesia da Gafanha da Boa Hora, onde se localiza a praia da Vagueira, ouviu que “nos últimos Verões, a praia deixou de existir na maré alta, ficando a rebentação a tocar o enrocamento recentemente construído, panorama agravado pela falta de acessos à praia” (SCHMIDT, 2012). Existe uma desvalorização imobiliária crescente no lugar devido ao avanço do mar. Mesmo com o aumento populacional no lugar, a Gafanha da Vagueira, tornou-se um lugar dormitório de fim de semana, não sendo a residência principal dos proprietários de imóveis. O avanço do mar na costa é notável e tem dificultado a prática da atividade da arte xávega no local, aliado aos fatores naturais tem-se também “as poucas habilitações dos pescadores que pouca capacidade para se aperceberem de todas as leis” e dos diferentes discursos que envolvem essa atividade tradicional.

A *Arte Xávega* tem um potencial turístico muito grande. Atualmente muitos povoados usam o trator, e não mais os bois para arrastar a rede - a presença dos bois na atividade é um espetáculo à parte – recentemente foram feitas atividades que recriavam a forma antiga de fazer a arte xávega, usando a tração de animais - mas, independentemente da presença ou não dos bois, a pesca da arte xávega, continua sendo uma bonita atividade, que enche os olhos dos turistas e dos moradores locais. A destreza e valentia dos pescadores tem algo de mítico. Vê-los garfar as ondas e lançar as redes

¹⁰COSTA, F.C.; FRANÇA, M.L.P., 1984. Pesca artesanal na Costa Algarvia. Subsídios para conhecimento de seu estado atual. p.7 - Lisboa, I.N.I.P., 100 p.il. (publicações avulsas, nº3).

¹¹<http://www.jornaldaeconomiadomar.com/arte-xavega-um-ano-depois-e-tudo-na-mesma/>. Acessado pela pesquisadora em 04 de fevereiro de 2017 às 11:59, na rua Professor Ernesto Neves. Praia da Vagueira.

¹²SCHMIDT, Luisa. Et alli. (2012). Mudanças climáticas e económicas na costa portuguesa: percepções das comunidades,. Porto: VII CONGRESSO PORTUGUES DE SOCIOLOGIA.

transporta os observadores para um mundo desconhecido. Observá-los é segundo um morador local “atentar para a nossa pequenez diante da natureza grandiosa do mar”.

A resistência da Arte Xávega em Portugal tem na atividade turística uma grande aliada, mas para além de um território de festa, a Arte Xávega é a expressão de práticas e expressões, materiais e simbólicas capazes de garantir a apropriação e a permanência, de um dado território por um determinado grupo. Sendo assim, compreender a importância da territorialidade da Arte Xávega é entender que a identidade é a substância que sustenta a territorialidade da Arte Xávega como categoria relacional espaço-sociedade. A identificação com o lugar não garante a apropriação do mesmo. Este é o primeiro movimento para que os indivíduos tomem consciência da necessidade de um espaço de sobrevivência, a relação através do trabalho com a natureza consolida esse território, criando assim uma territorialidade da “Arte Xávega”, junto a esses artífices das artes de pescar comumente chamados de trabalhadores do mar¹³: poveiro, pescador, marisqueiro, que o território é construído cotidianamente.

COTIDIANO E TRABALHO NOS DIAS DE XÁVEGA NA PRAIA DA VAGUEIRA

Costumamos entender por cotidiano tudo o que se aplica ao que acontece diariamente, às ações praticadas todos os dias e que constituem uma rotina. O homem comum utiliza essa mesma aplicação para o termo.

Segundo (HELLER, 2004) o indivíduo já nasce lançado na cotidianidade e este assume como dadas as funções da vida cotidiana e as exerce paralelamente. É importante ressaltar como ela discorre sobre a estrutura da vida cotidiana e como a cotidianidade é o palco das construções das relações sociais sendo herdeira e preservadora do desenvolvimento humano, Heller nos fornece elementos que nos subsidia na tentativa de compreender o significado do cotidiano e trabalho a partir do ponto de vista dos

¹⁴com efeito, os homens do Algarve que se dedicam à pesca fazem-no, regra geral, em exclusividade e ocupam o seu tempo ou nas fainas do mar ou, quando em terra, em actividades complementares, quer preparando as artes e os aparelhos para faina do dia seguinte, quer beneficiando as embarcações e reparando os estragos causados nos engenhos, ou montando novas artes e aparelhos quando o mau tempo ou qualquer imprevisto lhes não permite fainar continuamente no mar.” (COSTA, Fernando Correia da e FRANCA, Maria de Lourdes Paes. Pesca Artesanal na Costa Algarvia – Subsídios para o conhecimento do seu estado actual. P.24- Lisboa, I.N.I.P., 107 p.il.

membros desta, identificando padrões simbólicos, práticas, atitudes, valores, ideias, sentimentos, sistemas classificatórios dentro das categorias de análise da realidade e visões de mundo do universo em questão.

A vida cotidiana é a vida de todo homem. Todos a vivem, sem nenhuma exceção, qualquer que seja seu posto na divisão do trabalho intelectual e físico. Ninguém consegue identificar-se com sua atividade humano-genérica a ponto de desligar-se inteiramente da cotidianidade. E, ao contrário, não há nenhum homem, por mais “insubstancial” que seja, que viva tão-somente na cotidianidade, embora essa o absorva preponderantemente. (HELLER, 2004 p.31). Dentro dessa vida cotidiana cabe lembrar-se de um elemento bastante importante para os indivíduos de uma dada comunidade que é o território, é nesse plano em que podemos perceber as relações de poder estabelecidas pelos mesmos e como se dá a correlação de forças quando se trata de conquista ou violação de direitos. Segundo Koga, dessa forma, o direito de ter direito é exposto ou negado, abnegado ou reivindicado a partir de lugares concretos: o morar, o estudar, o trabalhar, o divertir-se, o viver saudavelmente, o transitar, o opinar, o participar. (KOGA, 2003: p. 33)

Diante desta compreensão acerca do território como espaço de participação política e luta por direitos, os pescadores artesanais têm tido o direito de desenvolver todas essas atividades e condições de vida supracitadas de forma plena ou estas têm sido violadas dentro da realidade local? Koga (2003) traz a visão de Guy Di Méo acerca do território, onde este avalia o mesmo como um espaço de vida e um espaço vivido, ou seja, aponta para aspectos da sua materialidade e da forma como os homens a representam.

[...] o chão do território pode significar um novo aporte para este debate no campo das políticas públicas, no sentido de uma referência concreta, em que desigualdades de condições de vida não são sinônimas de especificidades a serem enfrentadas setorialmente, mas expressões reais e complexas do processo de exclusão/inclusão social em curso (KOGA, 2003, p. 34).

A estrutura da vida cotidiana, embora constitua um terreno propício à alienação, não é de nenhum modo necessariamente alienada. Existe alienação quando ocorre um abismo entre o desenvolvimento humano genérico e a participação consciente do indivíduo nessa produção. Na página 39 do livro Heller (re) afirma: “a vida cotidiana não é alienada necessariamente, em consequência de sua estrutura, mas apenas em

determinadas circunstâncias sociais”, e que esta possibilidade de viver um cotidiano não alienado é aberta a qualquer ser humano.

Pensar a apropriação do território pelos indivíduos como um espaço de intervenção onde este cria e recria significados em torno dessa apropriação cotidiana, pressupõe uma análise dos próprios valores e seus significados dentro da cotidianidade de cada comunidade. O homem, enquanto ser social faz sua própria história e institui valores dentro das estruturas sociais desde as primeiras organizações societais. Estes valores são adquiridos através dos grupos ou camadas as quais fazemos parte, e existem aqueles os quais hoje são hegemônicos e, muitas vezes, agridem algumas classes que se sentem enclausuradas por valores que são meramente impostos e que por circunstâncias acabam se submetendo. Com os negros rurais, povos ribeirinhos, caçaras, pescadores artesanais, babaçueiros não acontece diferente, estes, assim como todo o gênero humano, estão inseridos dentro de uma estrutura social a qual tudo reificou e mercantilizou nas relações sociais.

Dentro da visão ampliada de desenvolvimento territorial, coube pensar a ideia de patrimônio territorial em detrimento do de capital territorial. Nunes em seu artigo “E trabalho se faz espetáculo” descreve como o local de labor e sobrevivência dos pescadores se transforma em espaço de comércio e lazer para a burguesia, colocando os pescadores como parte do espetáculo e não como sujeitos históricos que são. Sujeitos que ajudaram a construir o território português, desbravando praias e construindo cidades.

Mas nos finais do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, os pescadores, explorados pelos senhorios das companhias, são desprezados pelos poderes públicos e sobrecarregados de impostos, segregados e condenados a migrarem sazonalmente para fugir à miséria, enquanto a burguesia letrada que vem a banhos nas estâncias balneares se entretém a determinar os traços do seu carácter e a descrevê-los como descendentes de fenícios, gregos e púnicos. (NUNES, Etnográfica, Vol. VII (1), 2003, p.132)

É importante ressaltar como ele chama a atenção dos diferentes grupos sociais distintos que estão presentes nesses locais, a saber: pescadores, lavradores, comerciantes, representantes da administração central, mas que desse conjunto foram os pescadores que iniciaram a ocupação e povoamento dos areais até então praticamente desertos e os primeiros a saírem quando se deu o avanço da expansão imobiliária. Nos areais instalaram-se não só pescadores oriundos de outros locais e em demanda, sempre, de melhores condições, mas, ainda, muita gente pobre do mundo rural envolvente, excluída da posse

da terra e em busca, também, de oportunidades de trabalho. Depois, ao longo da segunda metade do século XIX, a beira-mar constitui-se também como um lugar de lazer para a burguesia urbana. (Nunes, *Ibidem* p. 133). O Sítio de Costa Nova em Ílhavo é uma evidência da expansão urbana e do domínio da classe burguesa no controle do território. Dos antigos palheiros que acusavam a presença dos pescadores de arte xávega e desbravadores da costa portuguesa, restam apenas as casas coloridas, pintadas em riscas, imitando os antigos palheiros de outrora. A leitura de Lefebvre (2004, apud Nunes, 2011 p.39) nos ajuda a refletir profundamente o processo de urbanização, quando esse, nos aponta o urbano e a cidade como central na reprodução do capital, sendo assim uma tendência da sociedade como um todo. É importante deixar claro, que apesar de entender a urbanização como um processo universalizante, Lefebvre (2004, *idem*) não ignora as atividades ligadas à agricultura ou ao extrativismo como é o caso da atividade pesqueira, e aponta as descontinuidades como leitura desses espaços que fazem parte do sistema desigual e contraditório sobre bases capitalistas. Em o Direito a Cidade ele afirma que:

“Entre as malhas do tecido urbano, persiste ilhotas e ilhas de ruralidade “pura”, torrões natais frequentemente pobres (nem sempre) povoados por camponeses envelhecidos mal “adaptados”, despojados daquilo que constitui a nobreza da vida camponesa nos tempos da maior miséria e da opressão. (LEFEVBRE, 2011, p.19).

A falsa dicotomia entre o rural e o urbano tem também um espaço, dentro dessa análise da construção de uma identidade patrimonial na Praia da Vagueira, tendo como ancora a atividade da arte xávega. Pensar a discussão da identidade territorial como uma forma de garantia da sobrevivência da atividade da arte xávega, passa necessariamente pela discussão da importância das cidades pequenas e médias dentro do desenvolvimento territorial sustentável. Discutir a sobrevivência de determinadas atividades dentro do território é entender o território como um espaço relacional, porém uno, naquilo que toca no direito de uso da cidade onde habita.

Observando diariamente os pescadores no mar e da ria, os catadores de mariscos, de ameijoas, de berbigão, fiquei a demandar de mim mesmo: como inserir esses povos dentro de uma discussão tão burocratizada como o planejamento territorial. Como colocar todos juntos dentro de uma organização jurídica que os proteja e consolide essas atividades os protegendo das variações que comumente afligem esses setores da

sociedade. O Patrimônio Territorial envolve elementos de ordem produtiva, natural, social, humana, intelectual, institucional e cultural

São vários os autores aqui em Portugal que ao discutir a Arte Xávega, têm discursado sobre a decadência da pesca artesanal ao longo dos séculos, comumente a literatura mais específica, bem com os próprios pescadores atribuem grande parte da dificuldade da sobrevivência da atividade a legislação imposta pela União Europeia à pesca artesanal. Sobre a decadência da atividade da pesca artesanal, Nunes discute em seu artigo “Dois séculos de arte xávega: capitalismo, decadência e Organização do trabalho” a proletarianização dos pescadores da arte xávega, bem como da alimentação da narrativa da autenticidade e heroicidade mítica e épica da nação portuguesa, centrada na figura do pescador artesanal, bem como seus falares, seus trajés e até os atributos de caráter são vistos como sobrevivências de um modo de vida “tradicional”. Segundo ele alguns autores afirmam que a decadência das pescas em Portugal remonta o segundo quartel do século XV e dois fatores foram essenciais para isso: o assoreamento de portos e embocaduras de rios e o valor dos impostos sobre o pescado,

Na região de Aveiro, contudo, bem como na costa da Estremadura, os factores ambientais parecem ser incontornáveis na avaliação da decadência das actividades marítimas: o progressivo assoreamento de muitos portos de pesca conduziu, nalguns casos, à extinção da actividade piscatória e, noutros, ao seu acentuado decréscimo e, até, ao desenvolvimento de um quadro nosológico peculiar, marcado pelas constantes febres palustres, epidemias e consequentes taxas de mortalidade elevadas, levando à emigração em massa, como aconteceu na orla lagunar de Aveiro (NUNES, 2010. p. 5)¹⁴.

E Nunes nos afirma ainda que:

Com o progresso e as inovações nas técnicas de pesca do início do século XX, a decadência encontrará um novo tipo de justificação que se irá manter até aos nossos dias, acompanhando a depredação cada vez mais sofisticada dos recursos marinhos e a destruição efectiva dos ecossistemas litorais (Ibdem, p.5).E arremata elencando abaixo os diferentes factores que abalam a atividade da prática artesanal conhecida como arte xávega: a prática da arte xávega tem atravessado sucessivas conjunturas de crescimento e de decadência, alternando avanços e revezes de acordo com um conjunto interactuante de factores, como sejam: as inúmeras transformações de ordem técnica que conferem a este tipo de pesca uma notável plasticidade adaptativa (efectivo de mão-de-obra envolvido, dimensões de redes e embarcações, meios de tracção), o regime de organização e exploração do trabalho, a tirania fiscal, a mobilidade sazonal das populações piscatórias, a alteração dos contornos do

¹⁴ Texto consultado no site: <https://ahcravo.com/2010/09/27/capitalismo-e-decadencia-de-francisco-oneto-nunes/>, pela pesquisadora no dia 18 de outubro de 2017 as 11:39 na Universidade de Aveiro.

interface provocada pelo assoreamento ou, inversamente, pelo recuo da linha costeira (com todas as consequências no espaço de habitação e de trabalho dos pescadores), a evolução dos stocks de pescado e, last but not least, o complexo de variáveis sócio-económicas locais, regionais e nacionais, com o seu vasto leque de articulações político-jurídicas, culturais e educacionais. (Ibidem, p. 7).

No artigo supracitado Nunes aponta que não se tem exatidão do que realmente estaria afetando a atividade da arte xávega: se os limites impostos pela legislação europeia, se a evolução dos stocks ou qualquer dos fatores citados anteriormente. A nível nacional a Arte Xávega opera em menos de 60 quilómetros quadrados da costa. Esta arte é limitada por tamanhos mínimos de captura e restrições da malhagem, áreas e períodos de atuação. A cavala, carapau e biqueirão representaram 80% dos desembarques num estudo feito em 1999, e o carapau domina nas zonas norte e centro. Em 2013, estavam licenciadas 50 embarcações para a pesca com Arte Xávega. Todavia, a grande parte da riqueza gerada é absorvida pelos comerciantes, com lucros que chegam aos 600%, criando os incentivos à fuga à lota¹⁵.

É inegável como essa atividade tem um valor simbólico que ultrapassa o valor económico. O pescado feito de forma artesanal se submete as intempéries da natureza. A *Arte Xávega* na praia da Vagueira tem seu início com a companhia de João da Murtosa. Atualmente o Patrão da Companhia é o Sr. Carlos Alberto, filho do Sr. João da Murtosa. Seu barco tem o apelido de NOVO SÃO JOSE; quando o mar está bravio os pescadores não saem, pois o barco que eles utilizam é um “barco de boca aberta”¹⁶ no dizer do Sr. João da Murtosa, e a atividade em si é bastante arriscada e com “o mar em seus rumores convém não arriscar”, porém, não ficam parados quando estão em terra, há sempre muitas atividades a fazer; parafraseando Raul Brandão “Vejo os barcos encalhados com as letras mal feitas, escritas a piche no costado, Vai com Deus, Senhora da Ajuda, Deus te guie, as redes nos varais e os pescadores de agulha na mão a remendá-las, as catraias e os batéis nas linguetas” (BRANDÃO, 1923 p.84). Na época de inverno quase não se lançam ao mar com seus barcos, à época do verão que vai de julho até setembro, eles

¹⁵Texto consultado no site: <http://www.jornaldaeconomiadomar.com/arte-xavega-um-ano-depois-e-tudo-na-mesma/>. Acessado pela pesquisadora em 04 de fevereiro de 2017 às 11:59, na rua Professor Ernesto Neves. Praia da Vagueira.

¹⁶Os barcos de boca aberta, os botes, que estão registrados exclusivamente para a pesca local, raramente se distanciam dos portos onde se abrigam; eles laboram sempre dentro das seis milhas, preferencialmente para dentro das três milhas, a maior parte das vezes muito próximo da orla marítima e dentro dos acidentes naturais da costa (COSTA, F.C.; FRANÇA, M.L.P., 1982 –*Pesca artesanal na Costa Algarvia. Subsídios para conhecimento de seu estado atual.* p.23 - Lisboa, I.N.I.P., 107 p.il. (publicações avulsas, nº1).

conseguem um maior movimento, e também uma maior proximidade com a comunidade turística.

Atualmente como incentivo a atividade da arte xávega, definiu-se que o primeiro lance da pesca, pertence aos pescadores, os demais lances pertencem a “lota”. Essa medida foi em reparação as petições dos pescadores da arte xávega, em declarar que as condições de sobrevivência dos mesmos eram ínfimas em virtude do valor pago pelos comerciantes pelo pescado. O Exercício da Arte Xávega na Praia da Vagueira é visivelmente prejudicado pelo avanço do mar sobre a praia. A cada ano a praia torna-se menor. O Avanço do mar se faz notar de forma agressiva. Os investimentos para conter o avanço do mar são uma preocupação das autoridades, mas é inegável que a prática dessa “arte” na Praia da Vagueira, parece estar seriamente comprometida.

Convém ressaltar que nas discussões acerca da referida arte, a territorialidade da arte xávega na Vagueira é pouco citada, ou não é considerada relevante. E se existe essa relevância não se fez notar nos escritos de mídia consultadas na internet no período em que a pesquisa foi executada. Muito são os estudiosos, defensores e amantes da Arte Xávega que defendem que o viés cultural é o pilar mais forte que o município tem que se apoiar para a permanência da arte xávega no território português... “É na parte cultural, mais retratada no documentário, que Leonor Fonseca acredita que se deva “pegar” para motivar as medidas para a proteção da Arte Xávega”¹⁷. Para Alfredo Pinheiro Marques, escritor português são três as dimensões relevantes para a Arte Xávega: económica e social, política e jurídica e cultural e identitária, segundo ele a criação da Associação Portuguesa de Xávega fez avançar a dimensão social e económica, promovendo o associativismo; também a dimensão política parece ter avançado com a aprovação da criação de medidas para a melhoria da Arte Xávega. Todavia é a dimensão cultural e identitária que dá grande valor à Arte Xávega, ele cita como exemplo, a Arte Xávega na Costa da Caparica, representando cerca de 40% da economia local e tem um impacto local em termos de emprego muito elevado. Alfredo Pinheiro Marques indicou que se fez em dezembro de 2012 uma candidatura da Arte Xávega portuguesa como património cultural da humanidade¹⁸.

¹⁷ Site: <http://www.jornaldaeconomiaomar.com/arte-xavega/>, Acessado pela pesquisadora no dia 13 de fevereiro de 2018, às 12:09 à Rua Ernesto Neves na Praia da Vagueira

¹⁸ Site: <http://www.jornaldaeconomiaomar.com/arte-xavega/>, Acessado pela pesquisadora no dia 13 de fevereiro de 2018, às 12:09 à Rua Ernesto Neves na Praia da Vagueira.

No município de Costa da Caparica, Almada a Arte Xávega foi inscrita no Inventário Nacional do Patrimônio Cultural Imaterial, publicado no Diário da república - 2ª série – N°34 – de 16 de fevereiro de 2017. Ações como essas são essenciais para a construção da permanência da atividade no litoral português. Quando consultado sobre o interesse em fazer da arte xávega patrimônio cultural do município de Vago, o Gestor de Vagos, Sr. Silvério Regalado, afirmou que sim, que havia interesse em incluir a arte da xávega como patrimônio imaterial e que acreditava que tal atividade era uma excelente ancora para a atividade turística.

Na Vagueira durante o verão a atividade é intensa, várias são as atividades que são organizadas na praia e no entorno para deleite dos moradores e veranistas que frequentam o lugar. No verão de 2017, o evento “Vagos Sensation Gourmet” foi bem frequentado, havia sempre muitas pessoas circulando no Largo do Parracho Branco. A Xávega foi uma atração diária (quando as condições marítimas permitem que os pescadores saiam). Atividades de dança, lazer infantil e shows musicais animavam os dias de verão na Praia.

Convém ressaltar que a construção da identidade da arte xávega na praia da Vagueira precisa de uma maior visibilidade. As sinalizações ao longo do caminho que dá acesso à praia quase não existem. Há uma placa na praia onde se lê “zona de arte xávega”. No posto de ofício de turismo (que permanece fechado durante as outras estações), nada existe que faça referência ao exercício da Arte Xávega no local. Na entrada da Gafanha da Boa Hora, no sentido Costa Nova-Praia da Vagueira também não há. Na rotunda de quem vem de Vagos para a Vagueira, existe uma sinalização de um barco com o nome da Praia da Vagueira, mas nada que remeta a prática da arte da Xávega no local.

A importância dessas sinalizações dentro do território se faz, quando pensamos que a identidade cultural do território é uma das bases estratégicas para a discussão do desenvolvimento. Uma das premissas para tal discussão é o entendimento do território com identidade cultural, e de como iram se estabelecer políticas ou ações de desenvolvimento desse tipo de território e de valorização de seus produtos e serviços. A construção da territorialidade da arte xávega na Gafanha da Vagueira ou mesmo no município de Vagos deverá ser vista como uma construção social do território, onde se discuta a sustentabilidade desse processo de desenvolvimento dentro uma abordagem econômica, social, ecológica, cultural e política. Ao relacionar identidade cultural e potencial econômico e as possibilidades de alcance de mercado, a ideia de valorização do produto local deverá ser construída enquanto identidade geográfica territorial. Nesse caso

estaremos abordando a condição de aliar a atividade da Xávega ao turismo, sendo a atividade da “arte Xávega” o produto em discussão. Assim podemos então retornar a Heller, em sua ideia de valor. Que valor está sendo atribuído a essa atividade dentro do Território de Vagos? Como está sendo construída essa relação dos pescadores de arte xávega com o lugar? Onde se dá e como se faz a visibilidade desses homens e mulheres que vivem da pesca artesanal dentro do território?

Quando resolvi pontuar dentro do local da Praia da Vagueira as sinalizações da atividade da Arte Xávega no local e me deparei com uma ausência total de qualquer informação acerca da mesma, percebi que a territorialidade da arte xávega na Praia da Vagueira é acanhada, estando restrita a uma sazonalidade – o que diminui as chances de publicitação – e há uma ausência de estruturas que memorizem, na vida das pessoas do lugar que a prática da arte xávega é uma das atividades econômicas que constitui o território de Vagos. Uma das ferramentas utilizadas para se identificar as diferentes territorialidades que ocupam um determinado lugar é o Mapeamento Participativo¹⁹. Segundo a FIDA (Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola) entende-se por mapeamento participativo em um “sentido amplo, a criação de mapas de pessoas locais, muitas vezes com o envolvimento de organizações apoio, inclusive dos governos (para diferentes níveis), organizações não-governamentais, (ONG), universidades e outros atores envolvidos no desenvolvimento e planejamento do acesso à terra”²⁰.

Entender esse território de ação da arte xávega, delimitar o seu território, o sistema e as garantias da “cadeia de valor” e as variáveis da sustentabilidade (econômicas, culturais e ambientais), entendendo essa ação como uma mediação para a

¹⁹Sobre essa temática existem diferentes autores a saber: Irène HIRT, Stephane ROCHE, « Cartographie participative », in CASILLO I. avec BARBIER R., BLONDIAUX L., CHATEAURAYNAUD F., FOURNIAU J-M., LEFEBVRE R., NEVEU C. et SALLES D. (dir.), *Dictionnaire critique et interdisciplinaire de la participation*, Paris, GIS Démocratie et Participation, 2013, ISSN : 2268-5863. URL: <http://www.dicopart.fr/en/dico/cartographie-participative>. Acselrad H. (Org.). Cartografia social e território. Rio de Janeiro: IPPUR/UFRJ; 2008. Chaves CMSRS. Mapeamento participativo da pesca artesanal na Baía de Guanabara. 2011. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro; 2011. Gorayeb A. Cartografia social e populações vulneráveis: oficina do eixo erradicação da miséria. 2014. Disponível em: <http://www.mobilizadores.org.br/wpcontent/uploads/2014/07/Cartilha-Cartografia-Social.pdf>. LIMA MVC, Costa SMG. Cartografia social das crianças e adolescentes ribeirinhas/quilombolas da Amazônia. In: Silva CN, Caetano VNS, Oliveira Neto AC. Ensino de geografia e representação do espaço geográfico. Belém: GAPTA/UFPA; 2013, p. 255-290.

²⁰© 2009 Fonds international de développement agricole (FIDA). P.4 Acessado pela pesquisadora em 02/03/2018. À rua Ernesto Neves. Gafanha da Vagueira. Disponível em: <https://www.ifad.org/documents/10180/06e86da8-863f-4505-bbb8-0bec60ad33ba>

criação de condições de discussão e definição das políticas públicas nos níveis federal, estadual e municipal.

Retomando a ideia de desenvolver a atividade da arte da xávega como uma das atrações turísticas da praia da Vagueira, a categoria do território deixará de ser um conceito que viabilize a discussão. Se resolvemos discutir a arte xávega como uma atração turística, como um espetáculo, o conceito adequado será o de paisagem. A preocupação com a condição de trabalho e sobrevivência da atividade será substituída pela condição do espetáculo que a atividade proporciona. Os pescadores da arte da xávega passarão a ser elementos da paisagem, ao invés de sujeitos históricos que constituem o território. Serão elementos da paisagem, assim como o barco com formato de meia lua, como o mar azul, as barracas e bares, o passeio, os transeuntes, as gaivotas e os peixes na rede. Quando o verão acabar, essas pessoas, esses sujeitos deixarão de existir, e ninguém irá se lembrar deles até o próximo verão. Enquanto elemento paisagístico a arte xávega virá a ser vista com o passar do tempo, como elemento residual da paisagem, ela será consumida, teremos então o consumo da cidade, do lugar, das pessoas, “o uso da cidade, das praças, das ruas, dos monumentos, é a Festa “que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem, além do prazer e do prestígio, enormes riquezas em objetos e dinheiro ”. (Lefebvre, 2011, p.13). Sem sombra de dúvida que a discussão antes de se configurar como uma problemática que poderá ser discutida através da metodologia dos colegiados territoriais, se encaixa prioritariamente na questão urbana e das relações de subordinação entre as diferentes escalas do poder que se estabelecem no uso da cidade, na distribuição dos recursos e nas representações institucionais. Então assim se evidencia que quando estamos analisando através do conceito de território, essas contradições estão postas, as relações de poder são evidenciadas, o que obriga os usuários do lugar a se redefinirem e se organizarem e discutirem uma melhor forma de uso do território²¹.

²¹Le maintien et le développement des ressources naturelles nécessitent des stratégies intégrées de développement et des modèles de planification appropriés, ainsi que des formes de gestion adaptées. Cela garantit que la protection de la nature et l'amélioration des conditions de vie de la population seront prises en considération de manière équilibrée. Les études d'impact territorial et environnemental peuvent fournir l'information nécessaire à cet effet. La population concernée doit également être activement impliquée dans la recherche de solutions équilibrées. (Comité de Développement Spatia - Commission européenne, 1999. P 34).

À GUIA DE CONCLUSÃO

A discussão sobre território, identidade, arte xávega e territorialidade na praia da Vagueira não está concluída. O que pude vislumbrar nesse processo etnográfico de leitura da atividade da arte xavega na praia da Vagueira é que, enquanto proposta de criação da territorialidade da arte xávega no município de Vagos, a possibilidade de construção de discursos acerca da atividade da arte xávega enquanto um dos elementos primordiais da identidade do município de Vagos é instigante e que existe uma farta literatura dentro dos discursos socio-antropológicos que dão sustentabilidade, identidade e sentido a prática da arte Xávega no município de Aveiro.

Compreendi que a atividade se reveste de importância, enquanto única no mundo e também porque é detentora e fornecedora de elementos essenciais que contam e retêm a história da identidade aveirense, como também contribui contribuindo para uma nova visão da ideia de desenvolvimento, desde que preservada. Uma ideia de desenvolvimento onde possam coexistir atividades e práticas de trabalho que fogem ao tempo do capital. O sentimento de criação da identidade da arte xávega como patrimônio territorial do município de Vagos, e como Indicação Geográfica Patrimonial da região Aveirense. Convém ressaltar que a tecnologia do mapeamento participativo é bastante utilizada no Brasil pelos profissionais que discutem o território e o viés identitário, salientando que dentro das propostas de análises emitidas pelos Fóruns Europeus de ordenamento do Território, a orientação é a defesa, manutenção e organização da diversidade territorial enquanto identidades que enriquecem a vida de toda a sociedade.

Por fim, os fatos apreendidos no decorrer desta pesquisa serão discutidos e problematizados dentro do que se revela como expressões da questão social que envolvem as relações de vida e trabalho, mediadas pela fundamentação teórica proposta. Feito tudo o citado acima, teremos condições de ampliar a discussão sobre o cotidiano e trabalho em comunidades de pescadores artesanais, sabendo-se que esta pesquisa tem a proposta de contribuir com o cabedal de informações que dão solidez a atuação do profissional que a Universidade forma no entendimento que a totalidade se releva nas particularidades com que revestem os diversos fenômenos sociais em que os indivíduos se inserem.

Só a partir de um trabalho onde o indivíduo se reconheça como produtor e apropriador do produto final é que se pode pensar em uma sociedade emancipada, em

seres sociais que possuem trabalhos e vidas dotadas de sentido. Pensar uma realidade em que o capital seja supérfluo e que o que predomine seja a ideia de um trabalho autônomo e produtor de coisas úteis pelo simples fato da necessidade objetiva dos indivíduos e não pelas necessidades criadas por esse modo de produção capitalista, por vezes soa utópico. Realmente, pensar tudo isso dentro desse modelo societal é um tanto impossível, porém isso se faz possível num modelo de sociedade superior onde o trabalho ao reestruturar o ser social alcançará como consequência imediata a destruição desse modelo de produção vigente. A intenção de analisar os conceitos de cotidiano e trabalho a partir de um estudo baseado em uma perspectiva que julgamos ser a que dê conta de desvelar essa realidade, é que nortiou todo o trabalho, ao passo que acompanhamos como se deu a dinâmica social que envolveu as duas categorias nesse recorte específico: cotidiano e identidade, tendo como recorte metológico, a pesca artesanal da Arte Xávega na Praia da Vagueira

Finalizando o aspecto das condições teóricas, sinalizo uma possibilidade de aprofundamento das discussões acerca da “**Sobrevivência do pescador artesanal no Mundo do Trabalho**”²², acreditando que a discussão da conquista do tempo livre ainda não foi feita de maneira exaustiva e que em alguns momentos da leitura do cotidiano do pescador artesanal na praia da Vagueira, tem-se que os pescadores artesanais têm dificuldades em se reproduzir enquanto pessoa física no período de desova de determinados pescados e mariscos, o que pode ser comparado a conquista do tempo livre no mundo do trabalho. A pergunta é: O que fazer quando a conquista do tempo livre vem desacompanhada dos meios de sobrevivência que permitiriam usufruí-lo?

REFERÊNCIAS

1. **ANTUNES, Ricardo. O caracol e sua concha: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho.** São Paulo: Boitempo, 2005.
2. **AMORIM, Inês.** A estrutura das “artes novas” da Costa de Aveiro, ao longo da 2ª metade do séc. XVIII: mão-de-obra, divisão de trabalho, formas de

²²Grifo da autora.

- propriedade e divisão do produto. Actas do Simposio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde Pontevedra 10-12 de xullo, 1997
3. A História dos Pescadores Brasileiros – de autoria do CPP – Conselho Pastoral dos Pescadores.
 4. **AMORIM**, Vanessa Iglésias Calado Carvalhal. Marés de incerteza Etnografia do presente liminar na comunidade piscatória de Setúbal. Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Antropologia Orientador: Doutor Francisco Oneto Nunes, Professor Auxiliar Instituto Universitário de Lisboa. Setembro, 2015.
 5. Anais da Oficina sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial, realizada em Brasília, em 13-14 de novembro de 2003. Ministério da Integração Nacional.
 6. **BACELAR**, Tania. Articulação de Políticas Públicas e Atores Sociais / Carlos Miranda e Breno Tibúrcio (organizadores); Tânia Bacelar... [et.al] (autores) - Brasília: IICA, 2008. (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.8.)
 7. **BECKER**, Bertha K. Geografia política e gestão do território no limiar do século XXI; uma representação a partir do Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**. Rio de Janeiro, 53(3): 169-182, jul./set. 1991.
 8. **COSTA**, Fernando Correia da e **FRANCA**, Maria de Lourdes Paes. Pesca Artesanal na Costa Algarvia – Subsídios para o conhecimento do seu estado actual. P.24- Lisboa, I.N.I.P., 107 p.il.
 9. **FIDA**. © 2009 Fonds international de développement agricole (FIDA).
 10. **GUÉRIN-PACE e GUERMOND**. IDENTITÉ ET RAPPORT AU TERRITOIRE France Guérin-Pace, Yves Guermond Belin | « L'Espace géographique » 2006/4 Tome 35 | pages 289 à 290 ISSN 0046-2497 ISBN 2701143262.
 11. **HELLER**, Agnes. O cotidiano e a história. 8.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2008.
 12. **HELLER**, A. (2004). *O Cotidiano e a História*. São Paulo: Paz e Terra.
 13. Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA; Superintendência Regional do INCRA em Alagoas – **SR-22** ; Divisão de Ordenamento da Estrutura Fundiária ; Regularização de Territórios Quilombola. **Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do Território da Comunidade Remanescente de Quilombo de Povoado Tabacaria**. Maceió, 2007.

14. **KOGA**, Dirce. **Medidas de cidades**: entre territórios de vida e territórios vividos. São Paulo: Cortez, 2003.
15. **LOPES E LOPES**. Simpósio Internacional de antropologia Marinheira (1997.Pontevedra) Antropoloxia marinheira: Actas do Simpósio Internacional in memoriam Xosé Filgueira Valverde, Pontevedra, 10-12 de xulho de 1997 (Organizado pola) Ponencia de Antropologia Cultural; coordenador, Francisco Calo Lourido. – Santiago de Compostela: Conselho da Cultura Galela, 1998. – 36 p. 24cm .D.L.C-1.947-98 – ISBN 84-87172-37-
16. **LOPES E LOPES** - A SAFRA - « Aos Pescadores da Arte Xávega» Helena Lopes e Paulo Nuno Lopes - Livros Horizonte – Lisboa - 2005
17. **MARQUES**, Alfredo Pinheiro (2010), “Memória da Terra e do mar. Os mais pobres dos pobres e o mais belo barco do mundo”, em, Cultura Aviera Um Património, Uma Identidade, Folha informativa (9), Santarém, Instituto Politécnico de Santarém.
18. **MARQUES**, Maria João, *Arte Xávega em Portugal- Uma Arte Secular em Decadência- Organização, caracterização e Declínio*. Porto: Faculdade de Letras,
19. **MATTOS**, CLG. A abordagem etnográfica na investigação científica. In **MATTOS**, CLG., and **CASTRO**, PA., orgs. *Etnografia e educação: conceitos e usos* [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. pp. 49-83. ISBN 978-85-7879-190-2. Available form SciELO Books.
20. **NASCIMENTO**, Sueli Maria do. **DIAS**, Luana, Laiza Porto. **Gente em Movimento identidade quilombola e ocupação de território**: In: Congresso Acadêmico da UFAL 2007. UFAL: Palmeira dos Índios, 2007.
21. **NUNES**, Francisco Oneto. *Etnográfica*, Vol. VII (1), 2003, pp. 131-157. O trabalho faz-s espectáculo: a pesca, os banhos e as modalidades do olhar –
22. **NUNES**, SHAUANE ITAINHARA FREIRE. *A pesca artesanal como mediação da relação homem natureza*: permanência e resistência dos pescadores nas comunidades pesqueiras do Povoado Mosqueiro/Aracaju SE. Dissertação de mestrado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade de Sergipe.
23. **RODRIGUES**, Hélia Carla Amado *Arte Xávega na Comunidade da Praia da Vieira de Leiria: a sua Patrimonialização* Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento,

- Diversidades Locais e Desafios Mundiais Orientador: Doutor Fernando Paulo Oliveira Magalhães, Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Leiria Setembro, 2013.
24. [Revista de Gestão Costeira Integrada](#) *On-line version* ISSN 1646-8872 RGCI vol.12 no.4 Lisboa Dec. 2012 Pescadores, conhecimento local e mudanças costeiras no litoral Português * Fishermen, local knowledge and coastal change on the Portuguese coastline Ana Delicado @, 1, Luísa Schmidt 1, Susana Guerreiro 1, Carla Gomes.
25. **RODRIGUES**, Helia Carla Amado .A Arte-Xávega na Comunidade da Praia de Vieira de Leiria e sua Patrimonialização.Trabalho de projeto submetido como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Desenvolvimento, Diversidades Locais e Desafios Mundiais. Orientador: Doutor Fernando Paulo Oliveira Magalhães, Professor Adjunto, Instituto Politécnico de Leiria Setembro, 2013.
26. **SANTOS**, Milton **O País Distorcido: O Brasil, a Globalização e a Cidadania**/organização, apresentação e notas de Wagner Costa Ribeiro; ensaio de Carlos Walter Porto Gonçalves – São Paulo: Publifolha, 2002.
27. **SANTOS**, Bruna Maria Pereira dos. A Arte Xávega em Espinho. Notas para compreensão da Arte Xávega como Património Imaterial. em 01/10/2015. Universidade de Coimbra. Faculdade de Letras. Relatório de Estágio.
28. **SANTOS**, M. e. (2001). *O Brasil: Território e Sociedade no início do Século XXI*. Rio de Janeiro: Record.
29. **SANTOS**, Milton, 1926-2001. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI/Milton Santos. Maria Laura Silveira. 3ª ed – Rio de Janeiro: Recorde,2001. P.247 (SANTOS, 2001).
30. **SANTOS** et alli. A Pesca Artesanal na Comunidade de Fernão Velho, Maceió (Alagoas, Brasil): de Tradicional a Marginal. Everson Cardoso dos Santos, Cláudio Luis Santos Sampaio. *Revista da Gestão Costeira Integrada* 13(4):513-524 (2013). *Journal of Integrated Coastal Zone Management* 13(4):513-524 (2013). Editor: *Instituto Politécnico de Santarém* Coordenação: *Gabinete coordenador do projecto*. Ano 6; N.º 229; Periodicidade média semanal; ISSN:2182-5297; [N.55]
FOLHA INFORMATIVA N°04-201

31. **PNOT**. Subsídios para a definição da Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT (Versão preliminar). Projeto “Elaboração de subsídios técnicos e documento-base para a definição da Política Nacional de Ordenação do Território - PNOT”. Brasília, agosto de 2006. p.10.

32. **RUCKERT**, Aldomar A. A política nacional de ordenamento territorial, Brasil. Uma política territorial contemporânea em construção. In: *Scripta Nova* REVISTA ELECTRÓNICA DE GEOGRAFÍA Y CIENCIAS SOCIALES Universidad de Barcelona. ISSN: 1138-9788. Depósito Legal: B. 21.741-98 Vol. XI, núm. 245 (66), 1 de agosto de 2007 **Nueva serie de Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana.**